

# A EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## POLITICAL-ADMINISTRATIVE EVOLUTION OF RIO DE JANEIRO STATE

**PAULO MÁRCIO LEAL DE MENEZES** | Doutor em Geografia pela UFRJ; mestre em Sistemas e Computação pelo IME; engenheiro de Geodésia e Topografia pelo IME.

**MANOEL DO COUTO FERNANDES** | Doutor em Geografia pela UFRJ.

**KAIRO DA SILVA SANTOS** | Mestrando em Geografia pela UFRJ.

**JULIANA RAMBALDI DO NASCIMENTO** | Licencianda em Geografia pela UFRJ.

**ALLINE COLLI DIAS** | Mestranda em Geografia pela UFRJ.

### RESUMO

O território do Rio de Janeiro, oriundo das capitanias de São Vicente e São Tomé, sofreu diversas alterações em relação aos seus limites como capitania, província e estado, bem como aos limites administrativos de seus municípios. Esta pesquisa objetiva mostrar a metodologia e os resultados alcançados no processo de reconstrução desses limites, inicialmente apoiada em documentos cartográficos históricos, decretos e leis. Foi verificada a necessidade de complementar a pesquisa, através do estudo da toponímia associada às cidades, vilas e núcleos de assentamentos, para uma definição de cada período das alterações e da consequente evolução política-administrativa.

*Palavras-chave: evolução político-administrativa; estado do Rio de Janeiro; cartografia histórica.*

### ABSTRACT

The territory of Rio de Janeiro, coming from the captaincies of São Vicente and São Tomé, had several changes, regarding its boundaries as captaincy, province and state and also to administrative limits of its municipalities. This research aims to show the methodology and the results achieved in the reconstruction process of these limits, initially supported by historical cartographic documents and decrees and laws. However, it was verified the need for further research, through the study of the associated toponymy to cities, villages and smaller settlements, enabling a definition of each period of the changes and of the consequent political and administrative evolution.

*Keywords: political and administrative evolution; Rio de Janeiro state; historical cartography.*

### RESUMEN

El territorio de Río de Janeiro, que surge de las capitanías de São Vicente y São Tomé, tuvo varios cambios, ya sea en relación a su límite como capitania, provincia o estado y los límites administrativos de los municipios. Esta investigación tiene como objetivo mostrar la metodología y los resultados obtenidos en el proceso de reconstrucción de estos límites, con el apoyo de documentos cartográficos históricos, decretos y leyes. Sin embargo, se comprobó la necesidad de seguir investigando, a través del estudio de la toponimia asociada a ciudades, pueblos y villas, para una definición de cada período de ocurrencia del cambio y la consiguiente evolución política administrativa.

*Palabras clave: evolución política y administrativa; estado de Río de Janeiro; cartografía histórica.*

## INTRODUÇÃO

### POSICIONAMENTO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Em 2002, o Laboratório de Cartografia, GeoCart, do Departamento de Geografia da UFRJ, atuando principalmente nas áreas de cartografia digital, apoio cartográfico e geoprocessamento, constatou a existência de problemas e dificuldades, não só gerados no Laboratório, como também por parte dos usuários externos, relacionados ao apoio a informações solicitadas, associadas a mapas que pudessem ser utilizados em estudos históricos, abrangendo antigas divisões políticas administrativas, em particular voltadas ao estado, província e capitania do Rio de Janeiro. Esses problemas, na grande maioria das vezes, envolvem tanto a obtenção das informações históricas, como também de mapas coerentes e interligados a informações de divisões administrativas, em se tratando de termos, vilas e cidades envolvidas, sobretudo quando é apresentada a necessidade de juntar informação, mapa e temporalidade. Por outro lado, nota-se uma quase completa inexistência de mapas que possam ser associados a bases de dados temporais, quando se deseja uma base de dados temporal associada a sistemas de informações geográficas. Dessa forma, a inexistência de mapas com as divisões administrativas de época é completa.

Em 2003, o GeoCart apresentou à Faperj o projeto “Involução cartográfica do estado do Rio de Janeiro”, aprovado com um desenvolvimento para dois anos. Este projeto foi encerrado em 2005, apresentando um resultado que atingiu os objetivos propostos na época, mas que hoje pode ser considerado preliminar, diante do aprofundamento da pesquisa e da abertura de novas frentes que teriam que ser consideradas dentro do projeto original. O projeto continuou ativo na Universidade, apesar de desacelerado, apresentando principalmente conotações em outras áreas de pesquisa, tais como a cartografia histórica, a toponímia e banco de dados de nomes geográficos, associados à própria evolução política-administrativa, que justifica o seu retorno ao rol de pesquisas do Laboratório.

### FINALIDADE E OBJETIVOS DA PESQUISA

Tendo em vista a justificativa apresentada, esse projeto teve por finalidade a realização de uma pesquisa da evolução cartográfica reversa, ou seja, da *involução cartográfica do estado do Rio de Janeiro*, associada às divisões administrativas do estado, em caráter temporal. Por outro lado, dentro da finalidade estabelecida, podem ser alinhados os seguintes objetivos:

Objetivo principal – estabelecer a cartografia digital reversa do estado do Rio de Janeiro, para a definição da sua evolução política-administrativa, espacial e temporalmente, gerando-se bases cartográficas digitais e analógicas, em escalas e precisões compatíveis com aplicações temáticas; à cartografia reversa elaborada, ao final da qual será possível definir a evolução, deu-se o nome de “involução cartográfica”, com o significado de desconstruir as divisões, obtendo-se as divisões administrativas pretéritas.

Objetivos secundários – desenvolver um estudo reverso das divisões administrativas do estado, associado à sua cartografia; realizar uma extensa pesquisa bibliográfica para su-

porte à pesquisa, durante toda a fase do projeto, seja em mapas ou documentos escritos; apresentar as bases cartográficas em diversos formatos gráficos, compatíveis com *softwares* existentes no mercado, com a ligação a tabelas ou bancos de dados também existentes, disponibilizando-as para utilização pelo público usuário; associar a pesquisa toponímica histórica ao projeto, gerando, juntamente com a base de dados cartográfica, uma base de dados toponímica interligada; geração de trabalhos de cunho científico para disseminação da pesquisa realizada em fóruns internos e externos à UFRJ.

Inicialmente, o estado do Rio de Janeiro apresenta um quadro de evolução política-administrativa dinâmico, envolvendo apenas os 92 municípios, ou seja, em 2002 foi efetuada a última instalação de município, totalizando os 92 municípios. De 2001 a 1565, data de fundação da cidade do Rio de Janeiro, ocorreram, segundo análise nas atuais municipalidades, 45 alterações, conforme a tabela 1. Dessa forma, pode-se verificar que deveriam existir 45 mapas, que possibilitassem mostrar a evolução política-administrativa do estado. A tabela 1 apresenta a evolução municipal do estado, em relação aos 92 municípios.

**TABELA 1.** Evolução do número de municípios existentes nos 45 períodos levantados

Período/Municípios	Período/Municípios	Período/Municípios
2003 - 2001 92	1939 - 1936 49	1843 - 1838 22
2001 - 1997 91	1936 - 1893 48	1838 - 1833 21
1997 - 1993 81	1893 - 1891 41	1833 - 1826 16
1993 - 1990 70	1891 - 1890 37	1826 - 1820 15
1990 - 1989 69	1890 - 1889 35	1820 - 1819 14
1989 - 1986 66	1889 - 1883 34	1819 - 1815 12
1986 - 1964 64	1883 - 1875 32	1815 - 1814 11
1964 - 1963 63	1875 - 1862 31	1814 - 1801 9
1963 - 1960 62	1862 - 1861 30	1801 - 1789 8
1960 - 1956 61	1861 - 1859 29	1789 - 1679 7
1956 - 1955 60	1859 - 1855 27	1679 - 1667 6
1955 - 1953 59	1855 - 1850 26	1677 - 1667 4
1953 - 1947 57	1850 - 1849 25	1667 - 1624 3
1947 - 1944 53	1849 - 1846 24	1624 - 1616 2
1944 - 1939 51	1846 - 1843 23	1616 - 1565 1

## PRODUTOS E RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa encerrada em 2005, através do órgão de fomento, teve continuidade por parte do Laboratório de Cartografia, em razão de fazer parte de uma de suas linhas

de pesquisa dentro da própria Universidade, e apresentou os seguintes resultados relevantes:

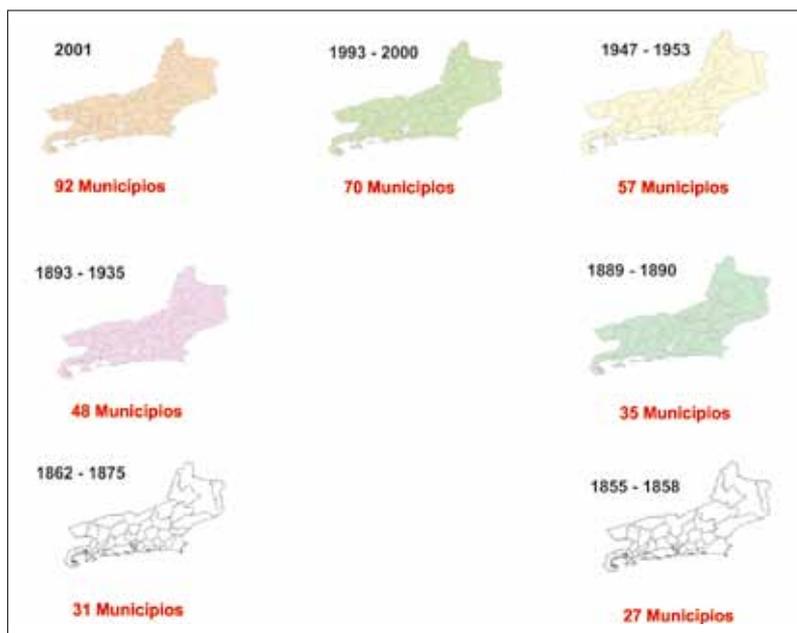
A – elaboração do mapa da Involução cartográfica do estado do Rio de Janeiro. Este mapa mostra para oito períodos temporais, os municípios instalados em cada um deles. A finalidade é apresentar a temporalidade da criação dos municípios.

B – pesquisa bibliográfica para suportar o trabalho. Nesse aspecto, foram listadas as referências bibliográficas utilizadas, que se encontram disponíveis no Laboratório de Cartografia. Trata-se de uma extensa bibliografia sobre cada um dos municípios, artigos e relatórios, do IHGB, IBGE, Fundação Cide, Fundação Ceperj, bem como mapas e documentos históricos do estado do Rio de Janeiro e de diversos municípios.

C – foram elaborados os 45 mapas de cada período, em relação aos 92 municípios, classificados em comprovados, possíveis e prováveis, tendo em vista a precisão dos limites administrativos fixados para cada uma das divisões.

Os mapas foram elaborados segundo a metodologia adotada, através da desconstrução dos limites e construção dos limites prévios. Todos os limites foram baseados nos limites atuais e reconstruídos através das consultas à bibliografia, bem como a cada uma das leis de criação e instalação dos municípios e outras informações, tais como alvarás e leis, tanto coloniais como imperiais.

**FIGURA 1.** Alguns dos mapas gerados entre 2011 e 1858



Dentro da metodologia, inicialmente foram geradas as bases em formato AutoCad (.dwg), para depois ser implantado em formato shape (.shp). Hoje, no entanto, todo o trabalho está sendo realizado diretamente utilizando-se o *software* ArcGis, em versão 10.3, facilitando a estruturação topológica e não gráfica (tabelas), para cada período pesquisado.

Para cada mapa, dentro do formato *shape*, associou-se uma tabela básica, contendo o nome do município, bem como algumas informações importantes, tais como: data de criação e instalação, número de distritos, deixando-se a possibilidade de que fosse possível a adição de novas informações. A figura 1 mostra alguns dos mapas criados em relação a alguns dos períodos.

D – a genealogia de cada um dos municípios foi outro aspecto pesquisado. Ela apresenta-se de forma bastante simples, porém tem que ser encarada cuidadosamente, uma vez que inúmeros municípios foram criados pela fusão de áreas de diferentes municípios, bem como pela agregação de distritos de outros municípios, ou mesmo tendo como formadores municípios com diferentes nomes dos atuais e mesmo extintos. Dessa forma, a genealogia tem que ser representada por uma estrutura que mostre uma completude em relação a todas as divisões que deram origem à cada nova divisão administrativa.

### **MOTIVAÇÃO PARA A CONTINUIDADE DA PESQUISA**

É importante frisar que a partir do estudo da genealogia, foram iniciadas as pesquisas nas áreas de cartografia histórica e toponímia relativa ao estado, bem como aspectos históricos e culturais que vieram a servir para um maior embasamento do trabalho como um todo.

Antes da finalização do projeto, verificou-se que o trabalho não estava completo, não devido ao surgimento de novos fatores, mas relativos a aspectos que deveriam ter sido levados em consideração anteriormente para que o objetivo principal fosse plenamente atingido.

Foram alinhavados outros elementos que estão sendo tratados e pesquisados, visando à completude do trabalho: consideração da alteração de nomes de municípios, vilas e cidades, seja por atualização ortográfica, seja por alteração completa ou parcial do nome, sobre uma mesma área geográfica, bem como a justificativa para cada uma das alterações; variação da área geográfica sobre cada divisão administrativa, motivação e justificativa para a alteração; estudo das divisões administrativas extintas e influência nas demais.

A partir deste estágio, decidiu-se por considerar a pesquisa toponímica, inicialmente em relação aos municípios, para depois ser aplicada a todos os topônimos do estado, em termos históricos, geográficos, culturais e temporal, devido às grandes alterações toponímicas ocorridas. Assim, originou-se uma nova pesquisa, associada à original, com o objetivo de se criar um banco de nomes geográficos do estado do Rio de Janeiro.

### **EVOLUÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

A evolução político-administrativa do estado inicia-se na realidade em 1534, quando da criação das capitânias hereditárias. Alguns fatos são marcantes para que haja a fixação do colonizador, bem como a adoção das estruturas vigentes em Portugal. Cronologicamente, os limites do estado tiveram uma ordem com fatos bem definidos, enquanto a ocupação e o povoamento decorreram de outros aspectos, sobretudo de acordo com alguns fatores que definiram o povoamento da costa e do interior.

Cronologia da evolução política do estado:

- 1534 – criação do sistema de capitanias hereditárias;
- 1555 a 1567 – invasões francesas; França Antártica;
- 1565 – a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro;
- 1567 – reconquista do território; criação da Real Capitania do Rio de Janeiro;
- 1619 a 1709 – definição de novos limites territoriais das capitanias originais;
- 1721 – incorporação de Paraty à capitania de São Paulo;
- 1726 – reincorporação de Paraty à capitania do Rio de Janeiro;
- 1743 – incorporação da área acima da margem esquerda do rio Paraíba do Sul à capitania do Espírito Santo;
- 1763 – transferência da capital da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro;
- 1822 – Independência do Brasil; capitania para província; exclusão da área do Município Neutro;
- 1832 – retorno da área acima da margem esquerda do rio Paraíba do Sul à capitania do Rio de Janeiro;
- 1889 – Proclamação da República, final do Império do Brasil; alteração de província para estado e Município Neutro para Distrito Federal;
- 1960 – transferência da capital federal para Brasília, Distrito Federal; criação do estado da Guanabara;
- 1975 – inclusão do estado da Guanabara como o novo município do Rio de Janeiro.

Com relação ao assentamento e conquista do território, sobre os quais viriam a ser criadas as cidades, vilas, termos, paróquias, foram também em parte regidos pelos acontecimentos anteriores, bem como por outros fatores socioeconômicos, até a sua consolidação.

O colono do futuro estado do Rio de Janeiro foi obrigado, em relação à paisagem do seu território, a vencer não só lagoas, alagadiços, charcos, terrenos inundados, brejos e pântanos, nas baixadas, como também montanhas e áreas específicas de planaltos. O estudo dessa expansão territorial mostra que existiram cinco fatores que, entre outros de menor importância, podem ser considerados de relevância, no processo da ocupação e criação de unidades administrativas menores (Santos, 2008). Estes fatores foram os seguintes: implantação do sistema de sesmarias; a existência da rede hidrográfica localizada no entorno do recôncavo da baía de Guanabara; uma presença marcante da Igreja Católica nos dois primeiros séculos de colonização, especialmente no território fluminense; a exploração de ouro e pedras preciosas na região das Minas Gerais, a partir de 1695, e a chegada da família real em 1808 ao Rio de Janeiro.

A implantação do sistema de sesmarias veio contribuir tanto para a expansão do território conhecido, como também para efetivar a sua exploração. No sistema das capitanias hereditárias, os direitos adquiridos na ocasião da doação das capitanias eram hereditários, porém cabia aos donatários a posse de apenas vinte por cento do total das terras, devendo o restante ser concedido a terceiros, através desse sistema de concessão.

As sesmarias eram doadas a homens de muita posse, com família constituída, e cada um poderia receber apenas uma doação. As condições de doação obrigavam ao sesmeiro medir

e demarcar as terras; torná-las produtivas com agricultura e confirmá-las em tempo hábil, depois de cumpridos os dois primeiros estágios. Também era sua obrigação a defesa da área contra invasões.

O sistema de sesmarias marca o início efetivo da ocupação da colônia, com a instalação dos primeiros engenhos de açúcar e a fundação das primeiras vilas e fortes na orla litorânea e no interior próximo da costa, bem como as primeiras vias terrestres de comunicação entre os assentamentos, visando ao escoamento da produção.

As sesmarias estabeleceram a base exploratória e expansionista do território do Rio de Janeiro, em conjunto com a Igreja Católica, onde o sesmeiro, para demonstrar sua religiosidade e fé, nominava o seu assentamento com o nome do santo de sua devoção, transformando-o, normalmente, no primeiro nome geográfico do lugar.

O segundo fator, definido pela existência de uma rede hidrográfica, localizada no interior da baía de Guanabara, facilitou a penetração para o interior, a partir da região hoje conhecida como Baixada Fluminense, permitindo a instalação de um grande número de núcleos populacionais que deram origem, muitos deles, às atuais sedes de municípios dessa região. A existência dessa rede hidrográfica ajudou a abertura dos caminhos para as minas existentes além da barreira da serra do Mar, com desnível de quase dois mil metros até a Baixada Fluminense, um dos limites dessa região. Os primeiros colonizadores penetraram na região seguindo o curso dos rios Meriti, Suruí, Sarapuí, Iguaçu, Magé, Inhomirim, Guapimirim, Macacu, Guaxindiba, entre outros, instalando os primeiros engenhos e núcleos populacionais, bem como implantando a agricultura na área ocupada.

As baixadas existentes desde Mangaratiba até os limites com o Espírito Santo também dificultaram a exploração e penetração para o interior, devido aos inúmeros brejos, pântanos e áreas alagadiças.

Dois portos fluviais foram muito importantes para esta penetração, sendo entrepostos de abastecimento e infraestrutura de transportes para viajantes e exploradores além da serra do Mar, no caminho das Minas Gerais. Os portos fluviais da Estrela e o da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu podem ser dados como exemplos desses entrepostos.

A presença efetiva e constante da Igreja Católica no território fluminense nos dois primeiros séculos de colonização caracteriza o terceiro fator de influência sobre a toponímia fluminense. Era incentivada e permitida pelo poder político da época, que tinha seus recursos totalmente comprometidos com o aparelho burocrático e a defesa externa.

A Igreja exerceu um papel pioneiro na mediação entre a cultura portuguesa e a dos povos originários do Brasil, ao entrelaçar as suas inerentes funções religiosas ao poder da coroa portuguesa, tomando para si o papel que a economia da época não conseguia exercer: agregação da população. O projeto de ocupação da colônia vem a ser também um projeto para a expansão da fé católica na colônia.

A partir da sede da cidade do Rio de Janeiro, incursões exploratórias de padres, seguindo a hidrografia da região, transpunham as montanhas. Eles construíam pequenas capelas, escolas de catequese, também contribuindo para a ocupação efetiva do território.

A capela normalmente se localizava em posição privilegiada na organização espacial das primeiras povoações visando ter uma dominância social e a vigilância do território. A instalação de uma paróquia significava definir uma espacialidade física, em cujos limites ou termos estavam inscritos os seus fregueses, e por esse motivo a chamavam de freguesia. Era o local onde se faziam todos os registros administrativos, relacionados à comunidade abrangida pela freguesia: nascimentos, óbitos, casamentos, dentre outros (Santos, 2008).

As povoações surgiam em torno das capelas simples. A elevação de algumas dessas capelas como sedes paroquiais, transformava-as em curatos – povoados com a liderança espiritual de um cura ou vigário – ou freguesias, com a presença constante e diária de um sacerdote, dando ao colono um sentimento de identidade com o lugar. Muitas vezes essa poderosa instituição, a igreja, era percebida pelos colonos como mais presente que o próprio Estado.

Este fator influenciou de forma considerável a toponímia fluminense nos primeiros dois séculos de colonização e em anos subsequentes, em três aspectos principais: os cultos, festas e quermesses traziam um convívio social para a população. Em torno da igreja matriz organizava-se um arraial, com um pequeno comércio, alguns serviços e moradias, sendo o núcleo das futuras vilas e municípios; a permanência do colono na freguesia de origem facilitava a identidade com essa freguesia, que assumia o nome de santos do hagiológico católico romano.

A ocupação territorial pode ser analisada através da identificação dos diversos núcleos populacionais existentes em mapas históricos, os quais mostram não só os vetores de penetração, tais como as estradas, bem como a rede hidroviária, mas também aspectos culturais sobre esta ocupação.

Dois mapas importantes para o início deste estudo são os mapas de Domingos Caspassi e Diogo Soares (circa 1732), figura 2, e Roscio (1777), figura 3.

Através do posicionamento dos topônimos no mapa, facilmente pode ser visualizado os principais eixos de penetração e ocupação do interior da então capitania do Rio de Janeiro. Pode-se verificar no mapa de Caspassi a ocupação do entorno da baía da Guanabara, Angra dos Reis e a costa a partir de Cabo Frio. Já no mapa de Roscio, verificam-se os principais eixos para as Minas Gerais, bem como a ocupação ao longo do caminho de São Paulo, além da penetração através do rio Paraíba do Sul. Ainda no mapa de Roscio, é interessante a afirmação sobre alguns locais ainda não ocupados, como o “sertão ocupado por índios brabos”.

## **METODOLOGIA**

### **PESQUISA TOPONÍMICA**

A ligação entre a cartografia histórica e a toponímia é definida pela extração dos nomes geográficos, topônimos existentes nos mapas históricos, estabelecendo-se uma estrutura temporal para os nomes identificados sobre um mesmo local. Dessa forma, é possível a definição de uma cronologia aplicada ao nome, bem como a verificação das alterações sofridas pelo nome ao longo do tempo.

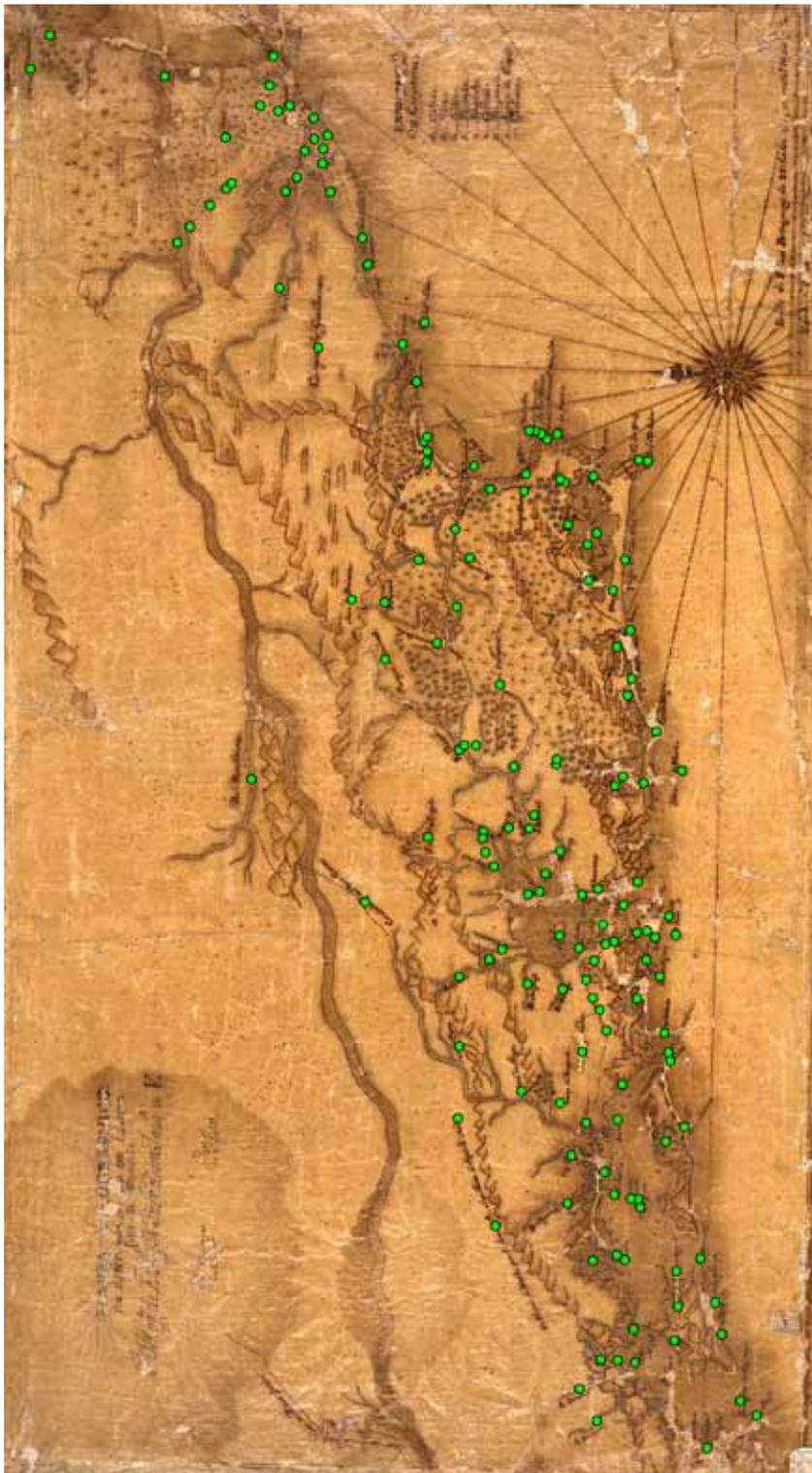


Figura 2. Mapa coreográfico da capitania do Rio de Janeiro. Fonte: Biblioteca Nacional



A data dos mapas não necessariamente caracteriza a época precisa das alterações, porém confirma aquelas ocorridas em períodos determinados. Um exemplo pode ser dado através do topônimo Cachoeiras de Macacu. A tabela 2 mostra a evolução do nome, desde a sua criação em 1647, até a última alteração, ocorrida em 1943.

**TABELA 2.** Alteração toponímica do município de Cachoeiras de Macacu

	Nome	Data	Tipo
1	Santa'anna de Japuíba	1647	Capela
2	Santo Antônio de Sá de Macacu	1679	Vila
3	Sant Anna de Macacú	1868	Cidade
4	Sant Anna de Japuíba	1898	
5	Cachoeiras	1938	DL 311 de 2/3/1938
6	Cachoeiras de Macacú	1943	DL 5.901 de 21/10/1943

Dessa forma, é de se esperar que entre as épocas definidas, encontrem-se nos mapas os nomes estabelecidos nas alterações. Praticamente todos os municípios passaram por uma evolução semelhante, como o atual município de Nova Iguaçu, passando por Maxambomba, Yguassu, Iguassu, Nova Iguaçu e Nova Iguaçu, num total de cinco alterações em dois dos aspectos considerados (Menezes et alli, 2003).

Algumas alterações toponímicas, no entanto, só serão comprovadas através da cartografia histórica. Um exemplo bastante claro pode ser verificado pelas alterações ocorridas em Itaguaí, passando por diferentes topônimos, tais como Taguaÿ, Aldeia de Taguaÿ, Itagoahy, Itaguahy e finalmente Itaguaí.

A grande maioria das alterações só pode ser comprovada de acordo com a grafia do topônimo no mapa histórico, exceto para a grande reforma ortográfica de 1943, aliada aos seguintes decretos: decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938 – Lei dos Municípios; decreto-lei n. 3.599, de 6 de setembro de 1941; e decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943. O primeiro regulamenta a estrutura dos municípios e a inexistência de nomes duplicados em um mesmo estado. O segundo regulamenta os nomes para as estações ferroviárias no país e o terceiro dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país, inclusive regulando os nomes de municípios duplicados em todo o território nacional.

Por outro lado, uma vez que se dispõe dos mapas históricos, a toponímia de todas as feições geográficas é extraída. A metodologia de extração da toponímia dos mapas históricos foi montada com a sua catalogação e identificação da estrutura geográfica associada, sendo separada por feições.

Foram definidos 5 (cinco) tipos de características de agrupamentos de feições: *hidrográficas*: rios, praias, cabos, lagos, lagoas, baías, ilhas etc.; *orografia*: morros, picos, montanhas

e outras; *núcleos urbanos e populacionais*: cidades, vilas, aldeias, capelas, igrejas, freguesias etc.; *uso do solo*: fazendas, usinas, moinhos, comércio, pousadas etc.; *transportes*: estradas, caminhos, vias férreas, paradas, estações etc.

Os topônimos foram extraídos de forma manual e armazenados em uma base de dados. Para cada mapa, foi efetuada uma orientação local, em coordenadas (x,y), baseada na imagem pesquisada e a cada nome extraído foi associado um posicionamento nesse sistema local, levando-se em conta a origem do canto inferior esquerdo da imagem, visando a um posterior georreferenciamento.

Com este material tem-se em mão uma riquíssima fonte de informações, sobre aspectos culturais e históricos da ocupação do estado do Rio de Janeiro.

### PESQUISA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

A pesquisa geográfica diz respeito aos limites das divisões administrativas e a cartografia histórica fornece documentos consistentes para clarificar e estabelecer elementos de comprovação das pesquisas e inferências geográficas.

A tabela 3, a seguir, retirada de publicação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1933), mostra o quantitativo de cidades e vilas no período de 1890 a 1930. Observe-se que se mantém fixo em 48 municipalidades de 1900 a 1930, porém tem-se que buscar as possíveis alterações toponímicas e geográficas já citadas.

**TABELA 3.** Distribuição das cidades e vilas no período de 1890 a 1930

1890			1900			1910		
CIDADES	VILAS	TOTAL	CIDADES	VILAS	TOTAL	CIDADES	VILAS	TOTAL
31	15	46	34	14	48	34	14	48

1920			1930		
CIDADES	VILAS	TOTAL	CIDADES	VILAS	TOTAL
34	14	48	34	14	48

Deste modo, o trabalho está sendo balizado para que ofereça, com a maior fidelidade e completude, um retrato cartográfico mais próximo da realidade para cada período. A metodologia que está sendo aplicada ao desenvolvimento dos trabalhos contempla a pesquisa bibliográfica, essencial, com a consulta extensiva e ostensiva aos documentos cartográficos históricos.

Para a definição dos períodos detectados, são escolhidos dois períodos limites, sendo então efetuadas as alterações nos mapas, tabelas e documentos associados. A tabela 4 mostra algumas das alterações que estão sendo implantadas no projeto.

**TABELA 4.** Alterações toponímicas de alguns dos municípios

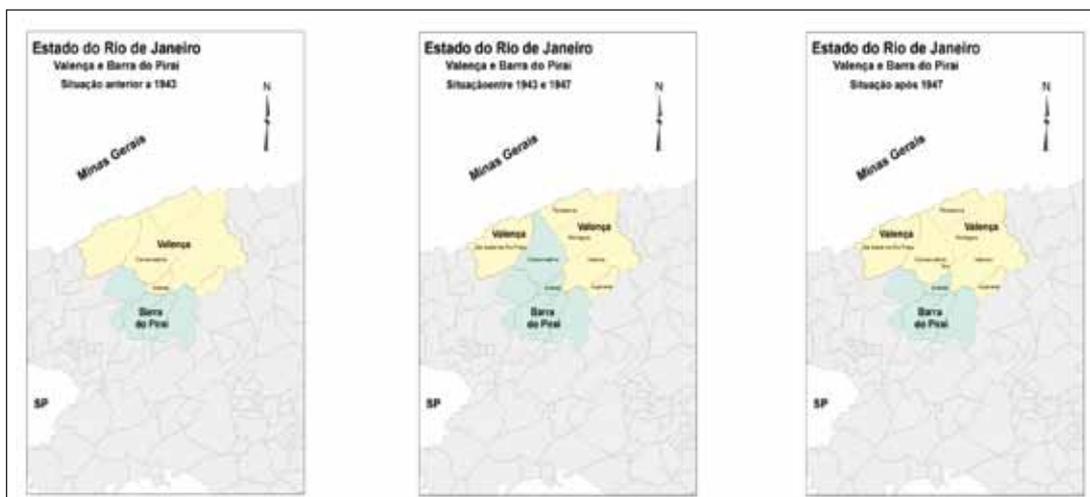
	Município	Período	Alteração	Obs.
1	Bom Jardim	1944-1947	Alteração toponímica para Vergel	Lei orgânica
		1947-	De Vergel para Bom Jardim	
2	Valença	1944-1959	Alteração toponímica para Marquês de Valença	Lei orgânica
		1959-	Marquês de Valença para Valença	
		1944-1947	Alteração territorial com Barra do Pirai	
3	Cachoeiras de Macacu	1647-1679	Santa'Anna de Japuíba	
		1679-1868	Santo Antonio de Sá	
		1868-1898	Sant' Anna de Macacú	
		1898-1938	Sant' Anna de Japuíba	
		1938-1943	Cachoeiras	
		1943-	Cachoeiras de Macacú	Lei orgânica
4	Cambuci	1891-1918	Troca do nome original Monte Verde para Cambuci	
5	São Fidélis	1840-1870	São Fidélis de Sigmaringa para São Fidélis	
6	Cantagalo	1814-1857	São Pedro de Cantagallo para Cantagallo	
		1947	Cantagalo	Reforma ortográfica 1943
7	Rio Claro	1943-1956	Rio Claro para Itaverá	Lei orgânica
		1956	Itaverá para Rio Claro	

A Lei Orgânica dos Municípios, decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, trouxe não só para o Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil, alterações e mudanças de nomes de uma grande parte dos municípios. Algumas mudanças afetaram municípios do estado como o de Bom Jardim, que em 1943 passou a chamar-se Vergel, retornando ao antigo nome em 1946, e o de Valença, que passou a denominar-se Marquês de Valença, retornando ao nome original em 1959. Observe-se que deve ser considerada cada uma dessas alterações, para que seja criado o quadro geral de mudanças ocorridas no estado.

Em relação ao município de Valença, existe um fato no mínimo curioso, que diz respeito aos distritos de Ipiabas e Conservatória. Em 1943, na promulgação da Lei Orgânica, o muni-

cípio contava com sete distritos: Valença, Conservatória, Desengano, Ipiabas, Pentagna – ex-São Sebastião do Rio Bonito, Santo Antônio do Rio Bonito e Santa Isabel do Rio Preto e Rio Preto – ex-São Sebastião do Rio Preto. Pelo decreto-lei estadual n. 1.056, de 31 de dezembro de 1943, Valença passou a denominar-se Marquês de Valença. Sob o mesmo decreto, o distrito de Rio Preto passou a denominar-se Parapeúna e os distritos de Conservatória e Ipiabas deixam de pertencer ao município de Marquês de Valença, ex-Valença, para ser anexado ao município de Barra do Piraí. Ocorre, porém, que Conservatória corta o município separando os distritos de Pentagna, Juparana, Valença e Parapeúna de Santa Isabel do Rio Preto, sofrendo o município, então, uma solução de continuidade em relação ao seu território (Menezes et alli, 2014). Esta situação só se consertará em 1947, quando o município de Marquês de Valença “compra” o distrito de Conservatória, anexando-o novamente ao seu território. A figura 4 mostra o problema apresentado.

**FIGURA 4.** Situação de Valença e Barra do Piraí entre 1943 e 1947



#### CONFRONTAÇÕES COM MAPAS HISTÓRICOS

Alguns mapas fornecem elementos essenciais de suporte à pesquisa geográfica, principalmente em relação ao século XIX.

A Carta Geographica de 1823 mostra uma divisão administrativa que infelizmente não condiz com a pesquisa documental. Os limites sugerem uma divisão política administrativa para a época, definida pelas seguintes vilas e cidades: Rio de Janeiro, Magé, Resende, Parati, Angra dos Reis, Niterói, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Existe, porém, uma inconsistência. Segundo a história levantada da divisão administrativa do estado do Rio de Janeiro, nesta época a província deveria contar com 15 divisões e não apenas nove. Por outro lado, o mapa inclui como pertencentes à província, as áreas de Campos dos Goytacazes, acima do rio Paraíba, e as de São João da Barra, que haviam sido desmembradas

FIGURA 5. Carta da província do Rio de Janeiro, 1840. Fonte: Arquivo Nacional



em 1743 e incorporadas à capitania do Espírito Santo, apenas retornando ao Rio de Janeiro em 1832. Como o mapa foi copiado em 1823, não foi possível a datação do seu original. No entanto, a pesquisa se encarregará de procurar uma data possível para a sua elaboração.

A Planta da província do Rio de Janeiro, de 1830, dá um excelente apoio para a divisão desta província. Foram identificadas treze vilas e quatro cidades, porém não existem representadas linhas demarcatórias de limites. Apesar de no processo inicial o número de divisões ser bem próximo, 16, ainda devem ser verificados os limites mais próximos da realidade.

A Carta da província do Rio de Janeiro de 1840, na figura 5, indica a existência de 23 divisões administrativas, as quais são comprovadas dentro da evolução definida na pesquisa. O mapa apresenta as divisões municipais.

Diversos outros mapas servem de base e comprovação para as divisões administrativas para os municípios e alguns, para as comarcas, o que também auxilia o trabalho.

No presente momento, foram preliminarmente estabelecidos 57 períodos de alterações, e foi estabelecida a data de 1840 como a data limite para a chancela de comprovação. No entanto, em alguns municípios, devido a novos documentos sob consulta, notadamente em relação à Magé, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Cachoeiras de Macacu e Nova Iguaçu, novas informações estão sendo agregadas, principalmente sobre alterações geográficas e limites entre eles, que estão levando a um novo patamar para o estabelecimento de uma nova data de limite de comprovação para os mapas obtidos.

## **CONCLUSÕES**

O projeto encontra-se no momento em andamento, havendo ainda bastante trabalho a ser executado, sobretudo em relação à estruturação das informações que serão incorporadas à base de dados.

Em relação ao aspecto temporal dos mapas, estão sendo caracterizadas três épocas distintas: uma primeira caracterização de divisão política comprovada, definida e determinada pela cartografia histórica, indo até 1840, marca a primeira série. A segunda série temporal é definida pela existência de documentação, tanto escrita como cartográfica, que permita estabelecer os limites não comprovados, porém bastante próximos da realidade. Esta série foi denominada de série provável, a qual também utiliza fortemente a cartografia disponível do século XIX, limitada pela carta de 1823. A terceira série, no entanto, traduzirá uma informação temporal correta, porém sob uma visão espacial apenas estimada, devido à impossibilidade de se estabelecer limites corretos, por falta de informação espacial. Esta série corresponde ao período final, de 1823 até 1840. Esta divisão seriada, no entanto, não impedirá que se tenha uma visão clara da involução, ou da cartografia reversa da divisão administrativa do estado.

Um dos problemas que foi levantado através da análise dos mapas da capitania e província do Rio de Janeiro, do século XVIII ao século XIX, é a existência de um vazio de informações cartográficas para o estado do Rio de Janeiro, entre meados do século XVIII – 1777, mapa de Roscio – até meados do século XIX – 1823, pelo mapa da província, o qual foi copiado, não

sendo, portanto, o original. Não é possível definir a sua data de elaboração, a não ser por confrontação histórica, explicando e justificando as discrepâncias existentes.

Até o momento já foram reunidos dados e informações que permitem avaliar todos os períodos. Os próximos desafios, que também estão sendo trabalhados, envolvem a criação da base de dados espaço-temporal e a elaboração dos documentos multimídia e para a web, que estão em processo final de desenvolvimento.

Ao final do trabalho, será estabelecida toda a metodologia para o tratamento de “involuções cartográficas”, que poderá ser aplicada aos demais estados do país, bem como a cidades específicas, que permitam este tipo de pesquisa aplicada.

Juntamente com este trabalho estão sendo desenvolvidas as seguintes pesquisas: infraestrutura de dados espaciais, voltada para a cartografia histórica, tanto em termos de mapas digitalizados matricialmente, como para vetorizações que venham a ser executadas sobre as imagens; banco de dados toponímico do estado espaço-temporal com a toponímia extraída de todos os mapas históricos e topográficos do estado em suas diversas escalas; estrutura de metadados aplicada à cartografia histórica e toponímia do estado do Rio de Janeiro.

Ainda não se pode definir uma data de término do projeto, mas pelo menos um horizonte de mais dois anos de trabalho é previsto.

## Referências bibliográficas

ARLINGHAUS, S. L. *Practical Handbook of Digital Terms and Concepts*. Boca Raton, Florida: CRC Press, 1994.

BOARD, C. Report of the Working Group on Cartographic Definitions. *Cartographic Journal*, n. 29, p. 65-69, 1990.

ESCOBAR, I. *Formação dos estados brasileiros*. Rio de Janeiro: A Noite, 19[..].

IBGE. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index2.htm>>.

\_\_\_\_\_. *Síntese da documentação histórica-administrativa e geográfica dos estados do Brasil – Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1995.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1960.

MENEZES, P. M. L. Notas de aula de cartografia e cartografia temática, não publicadas. Rio de Janeiro: Curso de Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, UFRJ, 1996.

MENEZES, P. M. L.; DIAS, A. C.; COSTA, B. F. Involução cartográfica do estado do Rio de Janeiro. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA (EGAL), 9., 2003, Mérida, México.

MENEZES, P. M. L.; SANTOS, C. J. B.; FERNANDES, M. C. Unindo cartografia histórica e toponímia no estado do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5., 2013, Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.

MENEZES, P. M. L.; DIAS, A. C.; SARDELLA A. B.; NASCIMENTO J. R.; UCHOA D. G. Evolução político-administrativa do estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 25., 2014, Gramado (RS). *Anais em meio digital*, 2014.

MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C.; SOUZA, K. S.; SARDELLA A. B. Historical-Toponymic Analysis of the 1823 Carta Geographica of the Rio de Janeiro Province. In: INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC CONFERENCE, 27., 2015, Rio de Janeiro, Brazil. Proceedings in <www.icc2015.org>.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria do Serviço de Estatística. *Divisão administrativa de 1911*. Rio de Janeiro, 1913.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Estatística. *Divisão administrativa de 1933*. Rio de Janeiro, 1933.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: IHGB, n. 67, parte II, 1904.

SANTOS, C. J. B. *Geonímia do Brasil: a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses*. 2008. Tese (Doutorado), Igeo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

---

Recebido em 2/12/2015

Aprovado em 2/3/2016